

COMITÊ CIENTÍFICO E AVALIADOR

Adelia Miglievich Ribeiro – Universidade Federal do Espírito Santo
Alexandre Jeronimo Correia Lima – Universidade Federal do Ceará
Antonio Alberto Brunetta – Universidade Federal de Santa Catarina
Camila Ferreira da Silva – Universidade Federal do Amazonas
Daniel Gustavo Mocelin – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Débora Messenberg – Universidade de Brasília
Julia Polessa Maçaira – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Marcelo Cigales – Universidade de Brasília
Maria Valéria Barbosa – Universidade Estadual Paulista
Ricardo Festi – Universidade de Brasília
Sara Esther Zarucki Tabac – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Sayonara Leal Amorim – Universidade de Brasília
Tânia Mara Campos de Almeida – Universidade de Brasília
Tânia Mara Passarelli Tonhati – Universidade de Brasília
Thiago Ingrassia Pereira – Universidade Federal da Fronteira Sul

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

A524t Amorim, Sayonara Leal; Cigales, Marcelo (org.).
Temáticas do ensino de Sociologia na escola brasileira /
Organizadores: Sayonara Leal Amorim e Marcelo Cigales;
Prefácio de Rafaela Reis Azevedo de Oliveira. – 1. ed. –
Campinas, SP : Pontes Editores, 2022. figs.; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-584-7.

1. Ensino de línguas. 2. Ensino de Literatura. 3. Linguagem. 4. Leitura.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Didática - Métodos de ensino, instrução e estudo. 371.3
2. Linguagem, Línguas – Estudo e ensino. 418.007

A SOCIOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL

Cristiano das Neves Bodart¹

Neste capítulo veremos:

- Alguns aspectos históricos da sociologia escolar;
- A constituição de um subcampo de pesquisa e seus agentes;
- As configurações do trabalho docente com a Sociologia na escola;
- Desafios e perspectivas a partir da Reforma do Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A Sociologia Escolar, ou seja, aquela ofertada na etapa que denominamos, contemporaneamente como “educação básica”, possui uma trajetória histórica que remonta ao final do século XIX no Brasil. Mas isso não significa, necessariamente, que temos experiências acumuladas de mais de um século, já que sua história é marcada por interrupções e restrições na oferta desse nível de ensino. Da mesma forma, não podemos inferir que a disciplina manteve suas características ao longo do tempo. Os indícios históricos apontam que a Sociologia ensinada na primeira metade do século XX possuía

1 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Docente do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Coordenador do grupo de pesquisa ConsCiências-Sociais (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL). Editor do *blog* Café com Sociologia e vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais.

um caráter predominantemente conservador, destacando-se as influências do positivismo, mais especificamente o organicismo, ainda que outras correntes estivessem presentes, tais como a Sociologia Católica. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a Sociologia possuía uma espécie de “cordão umbilical” que a ligava ao Direito e à moral, o que fazia com que as temáticas “moral” e “direitos pátrios” estivessem recorrentemente presentes na composição disciplinar. Em síntese, no período mencionado, a Sociologia Escolar refletia o complexo movimento de constituição da Sociologia no Ocidente e também no cenário brasileiro.

As pesquisas históricas produzidas até aqui nos apresentam “retalhos” que começam a ser costurados. Esses retalhos destacam a oferta da Sociologia em algumas poucas escolas ginasiais e normalistas no final do século XIX, no curso normal no Rio de Janeiro na década de 1910, depois, a partir de 1925, no ginasial do Colégio Pedro II e sua oferta obrigatória a partir de 1929. Esses fragmentos históricos ressaltam o fim de sua oferta obrigatória nos colégios ginasiais, no ano de 1942, e sua posterior manutenção apenas nos cursos normais, até que em meados dos anos 1980 a disciplina inicia uma trajetória gradativa de retorno ao ensino médio “científico”. Os mesmos retalhos, que num primeiro momento apresentam marcos históricos institucionais, também desvelam fragmentos de experiências durante o período de “exclusão” do ensino secundário, bem como evidenciam as relações de poder no processo de conformação do currículo, mais especificamente a presença/ausência da Sociologia no ensino secundário. Os retalhos dão conta, ainda, de nos informar um conjunto de legislações e reformas que impactaram de variadas formas a Sociologia Escolar; a começar pelas reformas educacionais Benjamin Constant (1890-1891), Rocha Vaz (1925) e Capanema (1942-1946) e pelas leis que viriam a ser as Diretrizes e Bases da Educação (1961, 1979, 1996), a Lei nº 11.684, de 2008, que tornou a Sociologia obrigatória no ensino médio, até chegarmos à Lei nº 13.415, de 2017, que reformou o currículo do ensino médio. Muito já se costurou a partir desses vários retalhos, os quais, hoje, estão à disposição daqueles que desejam compreender a história

do ensino de Sociologia no Brasil. Certamente, muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas, novos retalhos encontrados e costurados por meio da artesanaria sociológica.

Considerando as últimas duas décadas, observamos uma conformação daquilo que Mocelin (2020) denominou “campo do ensino da Sociologia”.

O campo do ensino da Sociologia constitui uma comunidade empenhada por sua prática na produção e na promoção de uma Sociologia que seja aplicável na escola. Essa comunidade congrega agentes de perfis diversos, mas com interesses convergentes, isto é, que acreditam na importância do ensino da Sociologia no ensino médio, incluindo desde os licenciados em Ciências Sociais, os professores da disciplina de Sociologia das redes escolares, os estudantes dos cursos de licenciatura na área, até os pesquisadores de universidades dedicados ao estudo sobre o próprio ensino da Sociologia, sua história, gênese e experiências (MOCELIN, 2020, p. 57).

São aspectos desse campo do ensino da Sociologia que iremos abordar ao longo deste capítulo, o que fazemos a partir de uma revisão de literatura. Estamos tratando de um campo com estimativa de 60 mil participantes, dos quais 48 mil são professores(as) de Sociologia no ensino básico (MOCELIN, 2020).

Este capítulo se estrutura em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção apresentamos os aspectos que envolvem a Sociologia enquanto disciplina escolar. Na segunda parte, nosso foco está nos impactos de algumas das políticas públicas sobre o campo do ensino de Sociologia. Na terceira parte, nosso olhar se volta ao que denominamos “subcampo de pesquisa do ensino de Sociologia”, buscando apresentar um breve esboço das conformações de parte da comunidade acadêmica que vem se envolvendo com o ensino de Sociologia enquanto objeto de pesquisa. Por fim, na quarta parte, realizamos

algumas reflexões quanto aos avanços ainda necessários ao campo do ensino da Sociologia.

1. A SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR

Como já indicado na introdução deste capítulo, a Sociologia Escolar apareceu no Brasil pela primeira vez no final do século XIX². Desde então, a sua oferta foi marcada por interrupções e restrições, causando variados problemas e desafios ainda não superados, tais como a carência de estratégias e recursos didáticos, orientações pedagógicas e curriculares pouco consolidadas, limitações na formação inicial e continuada dos(as) professores(as) e a consolidação de um subcampo de pesquisa. É certo que nem todos os problemas enfrentados pela Sociologia são decorrentes de situações específicas ligadas à sua história; grande parte está relacionada às deficiências da educação brasileira como um todo. Contudo, as últimas duas décadas foram marcadas por importantes avanços para a Sociologia Escolar, alguns deles específicos, outros como resultados de avanços educacionais mais gerais. Aqui pretendemos nos ater prioritariamente aos avanços particulares do campo do ensino da Sociologia.

A Sociologia retornou de forma gradativa aos currículos escolares estaduais a partir de meados dos anos 1980 (BODART; AZEVEDO; TAVARES, 2020), até se tornar obrigatória no ano de 2008 em todas as escolas de ensino médio brasileiro. Mas quais Sociologias chegaram nas escolas? As mudanças curriculares das últimas duas décadas vêm influenciando os sentidos dados à disciplina (ENGERROFF; OLIVEIRA, 2020), o que reconfigura suas formas. Podemos destacar as acepções vinculadas aos variados sentidos de “cidadanias” promovidos por interpretações das diretrizes curriculares produzidas no contexto do movimento de luta pela

2 Em um estudo empírico circunscrito aos(às) egressos(as) do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, foram identificados os seguintes sentidos atribuídos à Sociologia Escolar: “a) a formação de sujeitos críticos e conscientes do mundo em que vivem []; b) A afirmação da Sociologia enquanto conhecimento científico e fornecedora de ferramentas analíticas [], e (3) Promover a transformação social e a militância []” (CIGALES; BARBOSA; SMIALOSKI; SANTOS, 2019, p. 401).

reintrodução da disciplina em todo o ensino médio brasileiro e presentes nos livros didáticos de Sociologia (ENGERROFF, 2015).

Posteriormente, interpretações aligeiradas levaram a uma associação equivocada da disciplina aos conceitos de estranhamento e desnaturalização, como se esses fossem seus sentidos e objetivos; ainda assim, foram sentidos colaborativos para legitimá-la no currículo. De forma concomitante, a ideia de “criticidade” marcou os sentidos atribuídos à Sociologia Escolar, ainda que não havendo um consenso na definição de “crítico”³. Mais recentemente, esses sentidos vêm sendo problematizados e questionados, em especial aqueles que atribuem ao estranhamento e à desnaturalização as bases das especificidades da Sociologia Escolar (BODART, 2021). Importa evidenciar que promover a cidadania e a criticidades são papéis de toda a educação - como atesta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); o estranhamento é um procedimento presente em toda a ciência e a desnaturalização é um esforço das Ciências Humanas e Sociais, em geral. A Sociologia Escolar, herdeira da Sociologia Acadêmica, tem suas especificidades em sua forma de olhar os fenômenos sociais, prática marcada pelo que denominamos de “olhar figuracional da realidade social”. Como destacamos em outro trabalho,

[] por ‘percepção figuracional da realidade social’, entendemos como a competência de: a) refletir os fenômenos sociais de forma historicizada, considerando os conflitos e as acomodações que se dão a partir de correlações de poder que conformam cada objeto em estudo; b) pensar as relações de interdependência entre indivíduo e Sociedade, assim como indivíduo e estrutura; c) olhar as estruturas e relações sociais como resultado de movimentos históricos dialéticos sempre inacabados e; d) considerar o papel dos ‘constrangimentos exteriores’ para moldar as ‘estruturas interiores’ dos indivíduos e esses às estruturas sociais, o que se dá dialeticamente (BODART, 2021, p. 148).

3 *Habitus* é usado aqui a partir do conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, sendo “[] estruturas mentais através das quais apreendem o mundo social” e de “suas ações ou manifestações corporais” (BOURDIEU, 1987, p. 155), o qual é constituído no interior de um campo específico; no nosso caso, no campo acadêmico das Ciências Sociais.

Essa competência é adquirida ao longo do processo formativo enquanto predisposição à prática de ensino e explicação do mundo social. Ao mesmo tempo que é uma prática racional da profissionalização dos cientistas sociais, também se constitui em uma espécie de *habitus*⁴ próprio desse profissional quando adequadamente formado; o que evidencia a importância da formação na área, já que esse *habitus* é construído das experiências no interior do campo das Ciências Sociais.

A Sociologia Escolar é resultado desse esforço de recontextualização didática das perspectivas teórico-metodológicas do campo das Ciências Sociais. Sua constituição se dá a partir das perspectivas teórico-metodológicas, dos conceitos e categorias da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política, como evidenciado por Bispo dos Santos (2012) ao analisar currículos de 14 estados brasileiros. Outras pesquisas evidenciaram a presença da Ciência Política (PEREIRA, 2015; BODART; LOPES, 2017) e da Antropologia (OLIVEIRA; BRUM, 2015) no interior da Sociologia Escolar. Essa constituição é evidente nas conformações dos livros didáticos aprovados nas edições de 2012, 2015 e 2018 do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Assim, quando falamos de Sociologia Escolar estamos nos referindo ao ensino de Antropologia, Ciência Política e Sociologia no ensino básico brasileiro. Em outros países, a Sociologia Escolar apresenta outras conformações. Na França, por exemplo, divide espaço no ensino secundário com conteúdos e abordagens da Economia no interior do componente curricular intitulado “Ciências Econômicas e Sociais”; “[] nele a Sociologia foi casada com a Economia, enquanto as dimensões histórica e antropológica foram se desvanecendo gradualmente” (BODART; MARTINACHE; CIGALES; PEREIRA, 2021, p. 6).

As definições mais recentes de “o quê ensinar” nas aulas de Sociologia foram influenciadas pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) de 2006 e pelos livros didáticos aprovados nas edições de 2012, 2015 e 2018 do PNLD. Embora as OCEM (BRASIL, 2006)

4 O termo usado na BCNN é “área de conhecimento”, contudo, preferimos utilizar “área de ensino”, pois a junção entre as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia não compõe uma área de conhecimento, sendo cada uma delas originárias de uma área de conhecimento particular.

não tivessem indicado uma “lista de conteúdos”, alguns direcionamentos foram importantes para as definições dos programas de ensino voltados à Sociologia Escolar presentes nos currículos estaduais. Outra influência importante desse documento está nas indicações de possibilidades de “como ensinar” Sociologia a partir de conceitos, teorias, temas e pesquisas. Os livros didáticos aprovados nas edições do PNLD, por sua vez, embora com importantes diferenças entre eles, contribuíram para consolidar a presença de diversos temas nas aulas de Sociologia, tais como movimentos sociais, indústria cultural, cultura, socialização, trabalho, ideologia, estratificação social etc. As OCEM impactaram direta e fortemente nos currículos estaduais e os livros didáticos distribuídos de forma gratuita nas escolas públicas influenciaram diretamente os planos de aula dos docentes.

A Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e a proposta trazida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de áreas de ensino⁵ trouxeram muitas incertezas sobre como o ensino de Sociologia se dará nas escolas. Soma-se a isso as mudanças no PNLD, que passou a selecionar obras por áreas. No caso, os conteúdos de Sociologia aparecem nas obras de Ciências Humanas e Sociais. A proposta do Ministério da Educação é que os conteúdos dos livros sejam apresentados de forma interdisciplinar; o que precisa ser averiguado é como isso se materializa nas obras. O entusiasmo gerado pelos livros de Sociologia aprovados nas edições do PNLD de 2012, 2015 e 2018 deram lugar às incertezas trazidas pela edição de 2021.

2. A SOCIOLOGIA ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Grande parte dos avanços qualitativos e quantitativos do ensino de Sociologia estão relacionados direta e/ou indiretamente a um conjunto de políticas públicas implementadas nas últimas duas décadas no Brasil. Estamos nos referindo especificamente ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 1999, ao Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2005, ao Programa de Apoio a Planos de Reestrutura-

5 Tratam-se de subprojetos do Pibid e do PRP.

ção e Expansão das Universidades Federais (Reuni), originário em 2007, ao PNLD, que passou a contemplar a Sociologia em 2012, ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) de Sociologia, ao Programa de Residência Pedagógica (PRP) de Sociologia⁶ e às diretrizes aprovadas nas últimas décadas voltadas ao ensino de Sociologia e à formação docente.

Os investimentos públicos no Fies e no ProUni apresentam uma correlação com a ampliação do número de egressos dos cursos de licenciatura de Ciências Sociais, bem como com os investimentos no Reuni (BODART; TAVARES, 2018). Os três programas foram importantes para a formação de novos(as) professores(as) de Sociologia, o que se somou ao estímulo pela busca do curso de Ciências Sociais gerado pela presença da Sociologia como componente curricular obrigatório que propiciou um mercado aberto para a atuação profissional.

Além desses programas, destacamos o papel do PNLD na qualificação das aulas de Sociologia, sobretudo por termos um percentual elevado de docentes não habilitados em cursos de Ciências Sociais lecionando Sociologia na educação básica. Os livros de Sociologia aprovados nos PNLD (edição de 2012, 2015 e 2018), embora fossem voltados aos(as) estudantes, acabaram contribuindo também com os(as) docentes na produção e regência de suas aulas. Os livros apresentaram possibilidades didáticas diversas e nortearam as definições dos conteúdos a serem levados à sala de aula.

O Pibid-Sociologia e o PRP-Sociologia vêm apresentando importante colaboração na formação dos(as) futuros(as) professores(as) de Sociologia, aproximando teoria e prática docente durante o percurso formativo, inserindo os(as) estudantes nas escolas e nas discussões voltadas ao ensino de Sociologia ainda nos primeiros semestres dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais. Além disso, as bolsas de estudos obtidas por meio desses programas têm sido colaborativas na permanência

6 Nesse modelo, os estudantes cursavam três anos de disciplinas específicas e obtinham o bacharelado. Desejando o título de licenciado, cumpriam, por mais um ano, disciplinas pedagógicas, quase sempre desconexas do curso original, sendo ofertadas por Centros ou Institutos de Educação.

dos(as) estudantes nesses cursos, bem como proporcionam condições para melhor se dedicarem às suas formações intelectuais e profissionais. Com isso, temos um maior volume de egressos; que também estão mais qualificados à prática docente. Vale destacar que no ano de 2020, sob o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, ambos os programas tiveram seus orçamentos cortados, o que reduziu o número de bolsas. Posteriormente, no segundo semestre de 2021, os bolsistas se viram diante do não recebimento por quase três meses consecutivos, gerando diversas mobilizações estudantis, docentes e de entidades científicas, até que as bolsas fossem regularizadas.

Importa destacar também o papel das diretrizes voltadas ao ensino de Sociologia e à formação docente, ação estatal que impacta diretamente na qualidade da Sociologia Escolar. Além das OCEM, já destacadas na seção anterior, após a reintrodução da Sociologia como disciplina obrigatória no ensino médio, os estados gradativamente passaram a reelaborar seus currículos, inserindo a Sociologia e gerando melhores condições para um ensino sequencial em meio à grande rotatividade de docentes nas escolas; reflexo do baixo percentual de docentes de Sociologia concursados(as). Sem esses currículos, os(as) professores(as) estavam inseguros quanto a “o que ensinar”; algo análogo à situação atual gerada pela Reforma do Ensino Médio e pela ausência de um livro didático disciplinar, o que dificulta a produção de um planejamento sequencial que deve ter início com conteúdos básicos e avançar em direção a aprofundamentos.

A resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 2, de 1º de julho de 2015, foi recebida por grande parte da comunidade acadêmica especializada nos estudos educacionais com entusiasmo, isso por ter sido resultado de ampla discussão que visava qualificar a formação docente no Brasil. Contudo, a exigência de ser praticada foi prorrogada por diversas vezes, até que em 2019 uma nova diretriz, incompatível com a resolução, foi aprovada (BAZZO; SCHEIBE, 2019), sendo um retrocesso. Estamos nos referimos à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019). Muitos cursos de licenciatura em Ciências Sociais conseguiram se adequar à Resolução CNE nº 2/2015, reduzindo a distância entre formação

específica e formação docente; um considerável avanço na formação de futuros(as) professores(as), inclusive de Sociologia. Influenciado por essa resolução, o antigo modelo 3 + 1^o foi sendo substituído por cursos integralmente de licenciatura, o que reduziu o caráter “bacharelesco” desses cursos. No modelo 3 + 1, a promoção dos saberes docentes - mais especificamente pedagógicos, curriculares e experienciais - era marginalizada em detrimento do foco no desenvolvimento de saberes disciplinares, específicos das Ciências Sociais.

A BNC-Formação vem sendo amplamente criticada por, ao menos, dois motivos: a) fortalecer a Reforma do Ensino Médio, amplamente rechaçada pela comunidade científica que se dedica aos estudos da Educação; e b) esvaziar a formação teórica e disciplinar dos cursos de licenciatura. Parece que estamos diante de um problema inverso daquele vivido antes da Resolução n^o 2, de 1^o de julho de 2015. Se essa tinha um caráter progressista, a BNC-Formação tem bases reacionárias (BAZZO; SCHEIBE, 2019) que visam atender os ditames do mercado que já vem, no país, transformando a educação superior em mercadoria lucrativa.

Bazzo e Scheibe (2019, p. 676) sintetizaram a Resolução CNE n^o 2, de 1^o de julho de 2015, da seguinte forma:

Em síntese, o texto, em suas dezesseis densas páginas, é um convite à reflexão teórica, filosófica, política e ética sobre o que é a docência, o que a compõe, quais são suas dimensões, como se formam os professores, que papel cabe ao Estado nesse processo, que princípios norteiam a base comum nacional para uma sólida formação para o magistério da educação básica, entre outras questões que cercam a temática.

Já com relação à BNC-Formação, as mesmas autoras afirmaram:

[] as decisões tomadas em relação à formação de docentes no país revelam uma estratégia que busca entregar à sociedade professores capazes de fornecer às empresas

e ao sistema econômico indivíduos educados não para resistir à cassação dos seus direitos, mas sim para atender a uma ordem que preserve o sistema e suas desigualdades (BAZZO; SCHEIBE, 2019, p. 681).

Mais uma vez, notamos as ameaças às conquistas acumuladas nas últimas duas décadas por meio de políticas públicas e normativas nacionais estabelecidas pelo CNE. Se é verdade que o Estado foi um importante colaborador para os avanços galgados até aqui, ele também vem sendo, nos últimos anos, o responsável por lastimáveis retrocessos.

3. A SOCIOLOGIA ESCOLAR E A COMUNIDADE CIENTÍFICA

Nas últimas décadas, mais precisamente após a aprovação da Lei nº 11.684, de 2008, que tornou a Sociologia obrigatória no ensino médio, tem havido uma ampliação do interesse de parte da comunidade científica pelo campo da Sociologia Escolar, como destacado por Oliveira e Cigales (2019). A maior aproximação de pesquisadores(as) universitários(as) em relação à Sociologia Escolar vem ocorrendo a partir de práticas de pesquisa, extensão e docência. Essa maior aproximação se relaciona diretamente com os avanços já apresentados nas duas últimas seções deste capítulo. Não se trata de resultados de deliberações individuais dos agentes sociais. Podemos, sob a perspectiva bourdieusiana, interpretar o conjunto de agentes sociais envolvidos com o ensino da Sociologia (com práticas de ensino, de aprendizagem e de pesquisa) como sendo um microespaço social que vem se constituindo, estabelecendo regras e induzindo práticas que são, por sua vez, incorporadas como predisposições a certas ações; daí a recorrência do conceito de campo e subcampo quando falamos, de forma associada, da comunidade científica e do ensino de Sociologia.

Quanto aos espaços de produção de conhecimentos sobre o ensino de Sociologia, observamos uma ampliação substantiva de grupos de pesquisa e laboratórios. No ano 2000 havia apenas um grupo registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 2013, esse número havia saltado para 22 grupos (NEU-

HOLD, 2015). Em 2020, foi identificada a existência de ao menos 21 laboratórios de ensino de Sociologia, sendo esses voltados à pesquisa e à formação docente (PEREIRA, 2020). Os laboratórios geralmente são atividades de extensão e visam aproximar os futuros professores do ambiente escolar e das questões que envolvem o ensino de Sociologia.

A pós-graduação *stricto sensu* vem sendo um importante espaço de produção de conhecimento sobre o ensino de Sociologia, como demonstraram Bodart e Cigales (2017) ao realizarem um balanço dos trabalhos de conclusão apresentados/defendidos nos programas. Os cursos de especialização em ensino de Sociologia também vêm se ampliando na última década, fato que tem contribuído para a iniciação de cientistas sociais na pesquisa sobre o tema em questão. O Pibid e o PRP, mencionados na seção anterior deste capítulo, também contribuíram na mesma direção; além do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que, mesmo não sendo voltado especialmente ao ensino de Sociologia, tem sido um espaço de pesquisas sobre o tema. Mais recentemente, o programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional voltado ao ensino de Sociologia passou a ser ofertado em rede no Brasil⁷: o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) tem se materializado como um importante lócus de produção de conhecimento colaborativo ao campo do ensino de Sociologia, tanto ao subcampo de pesquisa quanto às práticas docentes.

Em se tratando de resultados da produção acadêmica sobre o ensino de Sociologia, pesquisas vêm apontando a ampliação de variadas produções, tais como: a) teses e dissertações defendidas (HANDFAS, 2013; BODART; CIGALES, 2017); b) dossiês organizados em revistas científicas (BODART; SOUZA, 2017; BRUNETTA; CIGALES, 2018); c) artigos publicados em revistas qualificadas nos estratos superiores do sistema Qualis-Periódicos (BODART; TAVARES, 2020) e em revistas

7 Integram o ProfSocio a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* de Sumé e Campina Grande, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual do Vale do Aracajú (UVA), a Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* Marília, a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* (OLIVEIRA; MELCHIORETTO, 2020); d) trabalhos apresentados em Grupos de Trabalhos (GT) de importantes eventos (RÖWER, 2016; OLIVEIRA, 2016); e e) livros-coletâneas (ERAS, 2014).

Vale destacar que há, hoje, ao menos três revistas especializadas no ensino de Sociologia no Brasil, além de outras que vêm publicando sistematicamente artigos sobre o tema, tal como a *Revista Café com Sociologia*⁸. Curiosamente, as três revistas são vinculadas a três tipos de espaços que integram o campo do ensino de Sociologia: a universidade, a escola e a entidade científica. Uma das revistas, a *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*⁹, como o nome indica, é gestada pela Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs). Outro periódico, *Perspectiva sociológica*¹⁰, está vinculado ao Colégio Pedro II. Já a revista *Ensino de Sociologia em debate*¹¹ é vinculada à Universidade Estadual de Londrina (UEL). Do ponto de vista representativo, trata-se de um significativo avanço colaborativo na divulgação das pesquisas da área. A Editora Café com Sociologia¹² também vem sendo um importante espaço de divulgação científica, tendo em dois anos publicado 19 obras relacionadas diretamente à Sociologia Escolar, destacando-se entre elas o *Dicionário do Ensino de Sociologia* (BRUNETTA; BODART; CIGALES, 2020), que reuniu 84 pesquisadores-autores, obra que “[...] oferece-nos uma imagem das pesquisas acadêmicas sobre o trabalho pedagógico [e de pesquisa] na disciplina escolar de Sociologia” (SCHNEKENBERG, 2020, p. 154).

8 Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista>.

9 Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/index>.

10 Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/>.

11 Disponível em: <https://www.editoracafecomsociologia.com/>.

12 Originalmente, a normativa que regulava as complementações pedagógicas, Resolução CNE/CEB nº 02, de 1997, indicava que as formações especiais (complementação pedagógica) eram “[...] destinadas a portadores de diploma de nível superior, em cursos relacionados à habilitação pretendida”. As normativas posteriores, Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015, e o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, trouxeram apenas o indicativo de “cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados”, “desgastando o texto original” e dando brechas interpretativas para que profissionais bacharéis façam complementação em área diferente de sua formação de origem.

Destacamos também a existência de dois eventos nacionais bianuais especializados no ensino de Sociologia: o Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (Eneseb), organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia, e o Congresso Nacional da Abecs, organizado por essa entidade. O primeiro teve sua sétima edição realizada no ano de 2021; o segundo teve a quarta edição promovida em 2020. Além desses dois eventos, outros em nível estadual vêm sendo realizados bianualmente com regularidade, como é o caso do Encontro Estadual de Ensino de Sociologia do Rio de Janeiro (Ensoc), que realizou em 2020 sua sétima edição. Esses eventos vêm sendo importantes espaços de divulgação científica e de fortalecimento das redes de pesquisadores(as), inclusive enquanto pontos de partida para a publicação de diversos livros-coletâneas e dossiês temáticos publicados em periódicos acadêmicos.

O ensino de Sociologia, mais especificamente a sua docência, também vem tendo maior envolvimento dos(as) professores(a) pesquisadores(as) do ensino superior. Os programas Pibid e PRP, a ampliação da carga horária de estágio a partir de 2015 e o fato de as licenciaturas começarem a assumir disciplinas pedagógicas - antes de responsabilidade dos centros de educação - têm aproximado mais os professores universitários do tema; inclusive um volume significativo de concursos públicos para o magistério superior tiveram vagas destinadas à efetivação de professores(as) para atuar em disciplinas diretamente relacionadas à Sociologia Escolar.

O campo do ensino de Sociologia, entendido enquanto um microespaço social, vem se constituindo e estabelecendo regras sociais derivadas do campo acadêmico, as quais têm induzido práticas que retroalimentam e fortalecem o subcampo de pesquisa do ensino de Sociologia. Toda essa “estrutura” - constituída nos últimos anos - anima diversos pesquisadores a estarem envolvidos com o tema, gerando uma lógica de atuação em busca de distinção social nesse espaço e, conseqüentemente, maior engajamento, ampliação e qualificação do subcampo de pesquisa do ensino de Sociologia; o que é colaborativo para todo o campo do ensino de Sociologia, pois impacta direta ou indiretamente sobre a formação docente, a produção de estratégias e recursos didáticos, a sistematização

de bases pedagógicas para o ensino de Sociologia, o engajamento político em torno de entidades como a Abecs, nas definições curriculares e na manutenção da oferta da disciplina no ensino básico.

4. AVANÇOS NECESSÁRIOS À SOCIOLOGIA ESCOLAR

É certo que as duas últimas décadas foram de avanços e conquistas para o campo do ensino de Sociologia, embora em meio às constantes ameaças de retiradas do currículo escolar e alguns retrocessos nos últimos anos, sobretudo a partir de 2017 com a aprovação da Reforma do Ensino Médio. Contudo, ainda são necessárias conquistas e aperfeiçoamentos que se relacionam, pois alguns desses aperfeiçoamentos têm implicações diretas com as conquistas necessárias. Pretendemos aqui apresentar aprimoramentos para o fortalecimento do referido campo.

Importa a qualificação constante do ensino de Sociologia, o que é fundamental para justificar sua manutenção no ensino básico brasileiro e contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, tolerante e democrática. Alcançamos diversos avanços importantes nas últimas duas décadas, mas precisamos dar passos adiante. A Sociologia Escolar, em grande medida, incorporou a necessidade de “formar para a cidadania”, como já preconizava a LDB em 1996. Trouxemos para a sala de aula as práticas de desnaturalizar e de estranhar os fenômenos sociais; importa agora termos maior consciência da capacidade de promoção de um olhar figuracional do mundo social, como destacado na primeira seção deste capítulo. Para tanto, é necessário investir na qualificação inicial e continuada dos(as) docentes no que diz respeito aos saberes disciplinares próprios do campo das Ciências Sociais. Contudo, importa que tais saberes estejam sendo adquiridos em compasso com os saberes pedagógicos, de modo que a aplicação das perspectivas teórico-metodológicas ao ensino básico seja considerada, bem como os conceitos e as categorias das Ciências Sociais. Esse esforço é importante para que o ensino seja, para os(as) estudantes do ensino básico, dotado de sentidos. Temos convicção de que não é possível ser um(a) bom(boa) professor(a) de Sociologia sem conhecimentos específicos da área, assim como sem possuir conhecimen-

tos didático-pedagógicos. Nesse sentido, as propostas atuais dos cursos de complementação pedagógica são problemáticas por desassociar esses conhecimentos. Quando a complementação é realizada por estudantes não graduados(as) na área específica, o problema se potencializa⁹. Novas orientações relacionadas à formação complementar precisam ser editadas ou mesmo extinguidas em estados em que não há mais déficit de profissionais licenciados, visto que as “formações especiais” foram estabelecidas para serem temporárias, como atesta a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015).

Há limitações na formação inicial de licenciados em Ciências Sociais ou em Sociologia que também precisam ser superadas. É comum que os egressos, ao adentrarem em sala de aula, repliquem da mesma maneira os conteúdos apreendidos ao longo do curso de graduação, sem qualquer recontextualização didática. Como bem destacou Esteves (2021, p. 14), “[] o objetivo da Sociologia Escolar não é formar ‘minissociólogos’, mas facultar aos estudantes acesso a um amplo ferramental teórico”. Ensinar a pensar sociologicamente deve ser o propósito docente, buscando evitar qualquer prática de “decoreba” e relações depositárias, onde o(a) professor(a) é o centro da aula, sendo os(as) estudantes apenas receptores do conteúdo transmitido. Em parte, esses problemas são resultantes de uma formação “bacharelesca” que pouco promove saberes docentes, mais especificamente saberes pedagógicos e curriculares.

No Brasil, o histórico distanciamento entre as Ciências Sociais e a Educação tem contribuído para uma formação de profissionais que “descobrem” o que é ser docente quando assumem a regência, após seu egresso. É fundamental a promoção de condições para que - ainda durante o curso de licenciatura em Ciências Sociais - os futuros docentes experienciem espaços de promoção de conhecimentos teóricos e práticos do campo pedagógico em face às Ciências Sociais, o que pode ocorrer por meio de disciplinas específicas voltadas à docência em Sociologia, assim como por meio da realização qualificada de estágios supervisionados, do envolvimento discente nos programas Pibid e PRP e em grupos de estudo e pesquisa voltados à Educação, em geral, e ao ensino de Sociologia, em particular.

A falta de formação adequada dos docentes tem impactos diretos na qualidade da oferta da disciplina. Contudo, esse não é o único problema que afeta a qualidade das aulas de Sociologia. Podemos destacar outros que são comuns às demais disciplinas, tais como a carência de recursos didáticos, a deficiência das infraestruturas das escolas, a desmotivação dos discentes e docentes no engajamento no processo de ensino-aprendizagem, o currículo inadequado, a falta de planejamento etc.

Um grande desafio que envolve a Sociologia Escolar no Brasil é o fato de apenas 36,3% das turmas de ensino médio serem ministradas por professores com habilitação adequada para lecionar Sociologia; a título de comparação, em História, Geografia, Língua Portuguesa, Educação Física e Biologia esse percentual é de 75%. Trata-se do pior resultado identificado no Censo Escolar de 2020 (INEP, 2020). Tal percentual tem relação direta com a pequena carga horária da disciplina, levando-a a ser um espaço pouco valorizado pela comunidade escolar. Como muitos municípios brasileiros possuem escolas públicas com poucas turmas, a disciplina acaba não alcançando carga horária mínima para que seja objeto de concurso público, mantendo-se como espaço de “complementação de aulas de docentes de outras disciplinas” ou com professores(as) habilitados(as) contratados(as) sob regime temporário; fato que também impacta negativamente na qualificação das aulas por falta de continuidade no trabalho docente. Ao menos duas coisas são necessárias para superar esse problema: a) ampliação do número de egressos dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais; e b) ampliação da carga horária da disciplina de Sociologia na educação básica.

A ampliação do número de egressos dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais depende de vários fatores que se somam ou que estão relacionados. Para haver mais egressos são necessárias a ampliação da entrada de estudantes nos cursos e a permanência dos estudantes neles. Embora observemos, nas últimas décadas, um volume crescente de egressos, resultante da menor evasão, não constatamos uma ampliação no número de ingressos nos cursos de licenciatura em Ciências Sociais (BODART; TAVARES, 2018). A ampliação dos ingressos depende de maior popularização da Sociologia e de seu ensino qualificado na edu-

cação básica. Investir em aperfeiçoamentos pedagógicos e garantir sua manutenção no currículo escolar são ações fundamentais para ampliar a procura pelos cursos de licenciatura em Ciências Sociais.

Em se tratando da ampliação do número de aulas semanais de Sociologia, há duas importantes frentes de luta, sendo uma pedagógica e outra política. A pedagógica envolve a necessidade de qualificar as aulas, justificando sua oferta; trataremos sobre isso mais adiante. A luta política se dá nas disputas curriculares estaduais, de forma organizada em coletivos, tal como por meio das Unidades Regionais da Abecs, sindicatos e demais entidades coletivas. A atuação precisa se dar de forma conjunta em ambas as frentes. A disciplina sendo ofertada de forma qualificada torna-se um argumento sólido de sua importância, o que pode vir a garantir a ampliação de sua carga horária, gerando condições de realização de novos concursos, minimizando seu caráter de “complementação de aulas de docentes de outras disciplinas”. É certo que qualificar a aula com o reduzido tempo que a disciplina dispõe atualmente na maior parte dos estados - com uma aula semanal por turma - é um grande e difícil desafio. As reformas curriculares em curso nos estados são nossas atuais trincheiras.

Precisamos buscar constantemente galgar avanços nas pesquisas sobre o ensino de Sociologia, especialmente aquelas de caráter pedagógico/orientacional (normativo). Elas são, hoje, instrumentos de formação docente e orientações às práticas de ensino. Tal necessidade se potencializa frente às novas diretrizes curriculares presentes na BNCC (BRASIL, 2018) que, pelo seu projeto de desdisciplinarização, se silencia em relação ao ensino de Sociologia.

O avanço do subcampo de pesquisa do ensino de Sociologia passa necessariamente pela busca constante do rigor científico e pelo (re)conhecimento da produção preexistente, evitando “andar em círculos”, prática que pouco ou nada contribui para os avanços necessários. O aperfeiçoamento teórico-metodológico e a busca por novas abordagens são fundamentais, inclusive visando contribuições de outros campos do conhecimento. Não podemos perder de

vista que as pesquisas sobre o ensino de Sociologia e a presença da Sociologia na educação básica são interdependentes, de modo que uma potencializa a outra.

Outro desafio está na construção e manutenção de espaços de divulgação do ensino de Sociologia e de produção de conhecimento, tais como eventos acadêmicos, periódicos, grupos de pesquisas e linhas de pesquisas em programas de pós-graduação *stricto sensu*. É uma lástima, por exemplo, cursos de licenciatura em Ciências Sociais promoverem grandes eventos acadêmicos sem que os temas “ensino de Sociologia”, “prática docente”, “políticas educacionais” e “formação docente” estejam presentes (de forma associada ou não). Infelizmente, trata-se de uma prática recorrente que revela a falta de percepção e/ou proximidade do corpo docente aos propósitos dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais: formar professores(as) de Sociologia. Grande parte desse posicionamento dos(as) docentes das licenciaturas em Ciências Sociais se explica por suas formações, realizadas ainda no modelo 3 + 1; muitos(as) dos(as) quais não cursaram as disciplinas pedagógicas, não sendo licenciados(as).

O contato com eventos, disciplinas, grupos de estudo e pesquisa que tenham em seu seio discussões sobre ser professor de Sociologia, seus desafios e as possibilidades promove condições para que os egressos (re) pensem suas futuras atuações profissionais. A existência de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação pode ser uma importante ação para estimular os interesses dos(as) estudantes pelo tema do ensino de Sociologia; fato que contribui para os avanços no subcampo de pesquisa do ensino de Sociologia e para a formação docente.

O fortalecimento de redes de pesquisadores e estudantes é um caminho promissor para o campo. O presente livro, por exemplo, foi possível devido à existência de uma rede constituída pelos envolvidos neste projeto. Precisamos avançar ainda mais para consolidar e qualificar a Sociologia Escolar no Brasil, bem como as colaborações entre universidade e escola, pesquisadores(as) e docentes, estudantes e professores(as), que são fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia Escolar no Brasil precisa ser compreendida considerando sua história e o contexto político atual. A busca por sua consolidação e qualificação na educação básica passa, necessariamente, por esforços coletivos de caráter intelectual e político que envolvam universidade e escola, pesquisadores(as) e docentes, estudantes e professores(as).

Passada mais de uma década da sua reintrodução obrigatória no currículo, as mudanças recentes na LDB trouxeram novos desafios à Sociologia Escolar. Estamos nos referindo às reformulações das diretrizes para o ensino básico (BNCC, 2018) e para a formação docente (BN-Formação, 2019), bem como às mudanças no PNLD (2021). Contudo, atualmente o campo da Sociologia encontra-se mais estruturado do que antes da sua reintrodução, o que representa uma maior capacidade de resistência aos desmontes e ataques sofridos nos últimos anos. Estamos aludindo a uma estruturação que envolve maior mobilização política, engajamento da comunidade científica, ampliação da qualificação da formação docente, melhores definições didático-pedagógicas e produções científicas que atestam sua importância. Neste capítulo apresentamos aspectos que evidenciam avanços substantivos da Sociologia Escolar, com base nos quais afirmamos que a capacidade de resistência aos ataques reacionários é maior hoje. Precisamos continuar avançando em diversas frentes e de forma coletiva. O modelo neoliberal de mercantilização da educação está sendo aprofundado; o individualismo que marca esse projeto precisa receber oposições de caráter coletivo. Aqui chamamos a atenção para um aspecto importante: o esgotamento docente é um projeto para desmobilizar os movimentos contrários à onda reacionária neoliberal. Individualizados e sem tempo, deixamos de pensar e agir, nos limitando a reproduzir os ditames do modelo que chega nas escolas e nas universidades. Resistimos!

REFERÊNCIAS

- BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro retrocessos na atual política de formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684, 2019.
- BISPO DOS SANTOS, Mario. Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Sociologia: em busca do mapa comum. **Percursos** (Florianópolis. Online), v. 13, p. 1-59, 2012.
- BODART, Cristiano das Neves; AZEVEDO, Gustavo Cravo; TAVARES, Caio dos Santos. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no ensino médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 27, p. 214-235, 2020.
- BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de Sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2021, p. 123-145.
- BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2017.
- BODART, Cristiano das Neves; MARTINACHE, Igor; CIGALES, Marcelo Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Sociologia, currículo e ensino: debates e desafios no Brasil e na França. **Latitude**, Maceió, v. 15, edição especial, p. 4-10, 2021.
- BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton. Configurações do ensino de Sociologia como um subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, p. 453-557, 2017.
- BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Programas de fomento à expansão do ensino superior e oferta de cursos de Ciências Sociais no Brasil (1999-2017). **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)**, v. 2, n. 1, p. 7-29, 2018.
- BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Quando o assunto é Sociologia Escolar: estado da arte nos periódicos de estratos superiores nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Ensino. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 51, n. 1, p. 353-396, 2020.
- BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um Estado da Arte na Pós-Graduação. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, Fortaleza. v. 48, p. 256-281, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **Choses dites**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 maio de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2, de 26 de junho de 1997.** Ministério da Educação. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Homologação publicada no DOU 15/7/97 - Seção 1 - p. 14927.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.** Ministério da Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Homologação publicada no DOU 02/07/2015 - Seção 1 - p. 8-12.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, 16 de fevereiro de 2017;

BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **Dicionário do ensino de Sociologia.** Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

BRUNETTA, Antonio Alberto; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dossiês sobre o ensino de Sociologia no Brasil (2007-2015): Temáticas e autores. **Latitude**, Maceió, v. 12, n. 1. p. 148-171, 2018.

CIGALES, Marcelo; BARBOSA, Inaê Iabel; SMIALOSKI, Sabrina de Freitas; SANTOS, Beatriz Melchiorretto Claudino dos. Os sentidos do ensino de Sociologia: o que dizem egresso/as da licenciatura em Ciências Sociais da UFSC? **Norus**: novos rumos sociológicos, v. 7, n. 12, 2019.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **Os sentidos de cidadania nos manuais do professor dos livros de Sociologia para o ensino médio.** Monografia. Licenciatura em Ciências Sociais - Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

ENGERROFF, Ana Martina Baron; OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Sociologia no Brasil e os sentidos da cidadania nos documentos oficiais norteadores da prática docente. *In: BODART, Cristiano das Neves. (Org.). O ensino de Sociologia e Filosofia escolar.* Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. pp. 15-41.

ERAS, Lígia. **A produção de conhecimento recente sobre o ensino de Sociologia/ Ciências Sociais na educação básica no formato de livros coletâneas (2008-2013).** 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ESTEVES, Thiago de Jesus. Sociologia na escola, presente! *In: BODART, Cristiano das Neves. (Org.). Conceitos e categorias fundamentais do ensino de Sociologia, vol. 1.* Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. pp. 13-14.

HANDFAS, Anita. O estado da arte do ensino de Sociologia na educação básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. **Revista Inter-Iegere**, n. 13, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2020. Brasília: MEC, 2020.

MOCELIN, Daniel Gustavo. O ensino de Sociologia e o seu campo. *In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dicionário do ensino de Sociologia.* Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 57-62.

NEUHOLD, R. (2015). A produção científica sobre o ensino de Sociologia: grupos e linhas de pesquisa no Brasil (2000-2013). *In: OLIVEIRA, Evelina A. F. & OLIVEIRA, A. (org.). Ciências Sociais e educação: um reencontro marcado.* Maceió: Edufal, 103-123.

OLIVEIRA, Amurabi; BRUM, Ceres Karam. Dossiê ensino de Antropologia. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 a 2017. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 28, n. 2, p. 42-58, 2019.

OLIVEIRA, Amurabi; MELCHIORETTO, Beatriz. O ensino de Sociologia como tema de pesquisa nas Ciências Sociais brasileiras. **BIB**, São Paulo, n. 91, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Sociologia na educação básica brasileira: uma análise da produção do GT ensino de Sociologia na SBS. **Teoria e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 55-70, 2016.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ciência Política no ensino médio: reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. **Revista Em Debate (UFSC)**, Florianópolis, v. 13, p. 75-95, 2015.

PEREIRA, Luiza Helena. O ensino de Sociologia e os observatórios de ensino. *In*: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **Dicionário do ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 201-205.

RÖWER, Joana Elisa. Estado da arte: dez anos de Grupos de Trabalho (GTs) sobre ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia (2005-2015). **Civitas, Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 3, 2016.

SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Dicionário do ensino de Sociologia: retrato de uma área entre a escola e a universidade. **Revista Perspectiva Sociológica**, n. 26, p. 154-158, 2020.